

POVOADORES DE S. PAULO – BARTOLOMEU CAMACHO
(ADENDAS ÀS PRIMEIRAS GERAÇÕES)

H.V. Castro Coelho

Resumo: *Antepassado de numerosas famílias tratadas por Pedro Taques e Silva Leme. O nome exato ou completo desse povoador ainda objeto de esclarecimento pelas escrituras.*

Abstract: *Ancestor of numerous families described by Pedro Taques and Silva Leme. The exact our complete name of this settler still requires confirmation in the draw-ups.*

§ 1º

I- BARTOLOMEU CAMACHO, n. em Portugal ou nas Ilhas cerca de 1500, foi mencionado pelos autores como um dos povoadores da Capitania de S. Vicente, onde teria se estabelecido depois do ano de 1540, com a família. Deixou geração de dois casamentos realizados em torno dos anos de 1526 e 1533. Ignoram-se informações a seu respeito por motivo da perda de numerosos registros cartorários, documentos das Câmaras e de outras instituições, relativos ao primeiro século das vilas de S. Vicente e Santos. Nos arquivos das Ordens de Nossa Senhora do Carmo e de São Bento encontram-se salvos em traslados numerosos documentos desse século. Somente os descendentes figuram na documentação conhecida; talvez o progenitor tivesse o nome com variantes ou o “Camacho” fosse a revivescência de um apelido avoengo entre os herdeiros. Da primeira mulher, n. por 1510, teve ao menos:

1 (II)- BARTOLOMEU CAMACHO (filho ou neto) que passou a residir na vila de S. Paulo. Em maio de 1580, foi uma das vinte e três pessoas que subscreveram, com os camaristas, um requerimento ao ouvidor, Domingos Gonçalves da Costa, tratando da questão do comparecimento dos moradores de serra acima às citações no juízo de Santos. Lavrada a respectiva ata, assinou o nome, sem abreviaturas, Bartolomeu Camacho (Livro 3º, AHMSP) nome impresso na edição das atas, por erro paleográfico, Bartolomeu Ramalho (ACCSP, I, 164). A 7 de abril de 1601, na Câmara, fi-

gurou o nome de Bartolomeu Camacho (talvez o mesmo) numa relação de setenta e nove moradores que opinaram sobre os preços da carne (ACCSP, II, 91). Pela falhas nas atas da Câmara, entre os anos de 1554 e 1600, ignoram-se outras referências que existiriam a seu respeito.

- 2 (II)- CAMACHO, n. por 1532, ou antes, C. por 1549 c. (?) JERÔNIMO DIAS CORTÊS, mencionado pelos autores. Segundo uma informação prestada à Câmara de S. Paulo em 1623, era meia-irmã da mãe de Paula Camacho (um filho desta, Cap. João Maciel Valente, foi juiz ordinário em 1630) - segue.

Da segunda mulher, ao menos:

- 3 (II)- GONÇALO CAMACHO, n. por 1534, natural de Viana, conforme escreveu Pedro Taques. Casou em Santos por 1559 e foi morador na vila de S. Paulo. Em 1589, seguiu na expedição contra o gentio guarulho - § 5º.
- 4 (II)- (?) MARIA CAMACHO, n. por (?)1535, C.c. FRANCISCO DOMINGUES, n. em 1530 em Arcozelo de Maio, bispado de Lamego, deponente no processo de beatificação do Padre José de Anchieta - § 6º.
- 5 (II)- CAMACHO, n. por 1536, C. por 1550 c. um povoador da capitania. Entre seus filhos, ANTÔNIO CAMACHO, da governança eleita de S. Paulo, que também teve provisão de procurador de causas para atuar nos auditórios dos órfãos, cíveis e criminais, conforme despacho do Governador Geral D. Francisco de Sousa - § 7º.
- 6 (II)- CAMACHO, n. por 1540, C.c. (?) ÁLVARO EANES - § 12º.
- 7 (II)- MARIA CAMACHO, n. por 1544, C.c. CRISTÓVÃO DINIS, povoador da capitania de S. Vicente. Um sobrenome a distinguiria da mulher de Francisco Domingues - § 13º.
- 8 (II)- CAMACHO, n. por 1538, C.c. BALTAZAR NUNES, n. por 1525, alcaide em Santo André. - § 15º.

- II- CAMACHO, n. por 1532, ou antes, C. por 1549 c. (?) JERÔNIMO DIAS CORTÊS, povoador da Capitania. Em 1580, segundo os autores, foi um dos signatários da escritura de doação da casa do concelho aos jesuítas, para o estabelecimento do Colégio. Teria exercido cargos nas Câmaras de S. Vicente e S. Paulo. Faleceram Jerônimo Dias e sua mulher em datas ignoradas.

Pais de, ao menos:

- 1 (III)- ANA CAMACHO, n. por 1550, C.c. DOMINGOS LUÍS CARVOEIRO¹ – segue.
- 2 (III)-CAMACHO, n. por 1552, C.c. (?) SEBASTIÃO FERNANDES, povoador da Capitania. São os pais do Cap. Sebastião Fernandes Camacho, da governança de S. Paulo, juiz ordinário e de órfãos e provedor da Misericórdia – § 2º.
- 3 (III)-CAMACHO, n. por 1554, que devia ser a casada, por 1569, com o Cap. JAQUES FÉLIX FLAMENGO, n. por 1540 e já falecido em 1605, vindo da Europa ou dos Açores (?) e parente de Domingos Luís Carvoeiro (Revista da ASBRAP, nº 12).
- 4 (III)- BEATRIZ CAMACHO, n. por 1556, C.c. FRANCISCO FAREL. Sua filha Ana Farel casou-se com Pedro Álvares (Martins) cunhado de Domingos Dias (casado com uma prima de Beatriz Camacho) - § 3º.

III- ANA CAMACHO, n. por 1550, C. por 1566 c. Domingos Luís Carvoeiro.

Tiveram sete filhos, entre os quais:

- 1 (IV)- LEONOR DOMINGUES, n. por 1569, C. por 1585 c. JOSÉ DE CAMARGO, n. por 1560, fº, segundo os autores, de Francisco de Camargo e de s/m. Beatriz de la Peña. Na Câmara de S. Paulo exerceu José de Camargo os cargos de almotacel em 1592, juiz ordinário em 1595 e 1612, vereador em 1602 e interino em 1603 (ACCSP, I, 450 e 499; II, 104, 128 e 305). Em 1602, elegeu-se juiz ordinário Ascenso Ribeiro, seu concunhado, que era cunhado de Pedro de Moraes (Dantas) este excluído do cargo de procurador do concelho, pelo parentesco (II, 104).

¹ Não foram consideradas neste artigo as diversas versões de manuscritos, ditos antigos, sobre o assunto por serem apócrifos (com muitos enganos). O mesmo quanto a determinadas escrituras (ou escritos tidos como antigos) com sugestivos informes que na verdade seriam apenas interpolações. Uma carta atribuída ao Beato Padre José de Anchieta dirigida ao Cap. Mor Jerônimo Leitão, já foi analisada e rejeitada, há muitos anos, como falsa; entre diversas cousas, contém essa carta insinuação de parentesco (Revista do Arquivo Municipal de S. Paulo, CLI, p. 3/12; “Cartas do Pe. José de Anchieta”, S.J., p. 443/450, Edições Loyola, S.P., 1984). Diversos documentos precisam ser analisados: a estranha carta do Padre Manuel da Nóbrega, datada de 31 de agosto de 1553, ao Padre Luís Gonçalves da Câmara, residente em Lisboa, em total discordância com as cartas anteriores e posteriores (“Cartas dos Primeiros Jesuítas do Brasil”, v. 1, p. 489 e 521); o inventário de Custódio Dias de Macedo, falecido em 1660, sem geração, casado com Catarina Lopes de Sampaio, que lhe sobreviveu; aparecem arrolados mais de trinta e quatro herdeiros para um monte partível suficiente para um herdeiro (no meio de tanta gente, interpolações de nomes?).

A 17 de março de 1607, serviam como membros da Câmara Domingos Dias (o moço) juiz ordinário, Fernão Dias (Leme) procurador do concelho, e João Vieira Sarmento, escrivão, tendo recebido José de Camargo, nessa data, provisão de juiz de órfãos, despachada pelo Governador Geral do Brasil Diogo Botelho (II, 191). Declarou o juiz Domingos Dias ser casado com uma tia da mulher do procurador do concelho (Catarina Camacho, fª de João Maciel e de s/m. Paula Camacho) tia da mulher do escrivão (... Martins, filha de Pedro Martins e de s/m. Isabel Nunes) e também tia da mulher de José de Camargo (Leonor Domingues, fª de Domingos Luís e de s/m. Ana Camacho).

Segundo Pedro Taques e Silva Leme, casou Domingos Dias o moço, com Clara Dinis, fª de Cristóvão Dinis e de s/m. Maria Camacho (v. § 13º). Clara Dinis se identificaria como primirmã da sogra do procurador do concelho, da mãe da sogra do escrivão da Câmara, e da sogra do juiz de órfãos José de Camargo (por esses anos, eram considerados tios os primos dos pais).

- 2 (IV)- BERNARDA LUÍS, n. por 1592, C. por 1608 c. o Cap. Mor AMADOR BUENO, n. por 1590, fº de Bartolomeu Bueno e de s/m. Maria Pires, esta irmã do Sargento Mor Salvador Pires de Medeiros (juiz ordinário em 1611 e 1620) de João Pires (cognominado “o protetor dos jesuítas”) casado com Mécia Rodrigues, de Catarina de Medeiros e outros, todos filhos de Salvador Pires (juiz ordinário em 1573) e de s/m. Mécia Fernandes, que ainda vivia em S. Paulo em 1615 (INV. E TEST., V, 69). Em 1668, no inventário de Mécia Rodrigues, viúva de João Pires, foram seus filhos declarados, numa questão de herança, “muito nobres pelos seus pais e avós” (INV. E TEST., XVII, 137 e 138).

Exerceu Amador Bueno na câmara de S. Paulo os cargos de juiz ordinário em 1615 e 1639, vereador em 1626 e, segundo os autores, nomeado capitão mor nessa vila em 1627 (ACCSP, II, 137; III, 213 e 257; IV, 417).

Em 1623, eleito vereador do pelouro com André Lopes, não pôde exercer o cargo em razão do parentesco entre suas mulheres: conforme se informou na Câmara, a mãe da sogra de Amador Bueno (a mãe de Ana Camacho) e a mãe da sogra de André Lopes (a mãe da referida Paula Camacho) eram irmãs por parte paterna (ACCSP, III, 17 a 19).

3 (IV)- INÊS CAMACHO, n. por 1667, C.c. FRANCISCO TEIXEIRA CID e 2ª vez cerca de 1595 c. JOÃO DA COSTA LIMA, juiz ordinário em 1603. Teve do 2º casamento onze filhos, entre os quais:

V- SIMÃO DA COSTA, n. em 1602, C. por 1623 c. MARIA DE FREITAS, n. por 1606, fª de Jorge de Edra e de s/m. Paula Fernandes, moradores em S. Paulo. Maria de Freitas era irmã da mãe do Cap. Miguel Fernandes Edra, juiz ordinário e de órfãos em Taubaté, em 1655, e do Cap. Manuel Fernandes Edra, juiz ordinário e de órfãos na mesma vila, em 1656 (AHMFG).

Faleceu Simão da Costa em data não conhecida. Sua mulher foi inventariada em 1657. Tiveram seis filhos, mencionados por Silva Leme, entre os quais:

VI- SEBASTIÃO FERNANDES CAMACHO, n. por 1630, C. cerca de 1657 c. MARIA DA ESCADA, bat. em S. Paulo a 10 de novembro de 1642, fª de André Mendes Ribeiro (juiz ordinário em 1648) e de s/m. Isabel de Saavedra (casados em S. Paulo a 2 de julho de 1640); n.p. de Brás Mendes e de Catarina Ribeiro e n.m. do Cap. João Fernandes Saavedra, de nação castelhana (juiz ordinário em 1627) e de s/m. Maria de Godói (S.L., título Godóis).

Faleceu em Parnaíba e foi inventariado em 1672 (com retificação onde consta 1662). Tiveram quatro filhos, tutelados de sua mãe (que apresentou como fiador seu cunhado Jerônimo Bicudo Cortês) todos mencionados por Silva Leme (Revista da ASBRAP, nº 9, p. 164).

§ 2º

III- CAMACHO, n. por 1552 (fª de Jerônimo Dias Cortês e de Camacho) C. por 1568 c. (?) SEBASTIÃO FERNANDES, povoador da Capitania de S. Vicente.

Pais de, ao menos:

1 (IV)- CAP. SEBASTIÃO FERNANDES CAMACHO, n. por 1573, C.c. MARIA AFONSO – segue.

2 (IV)- (?) PAULA FERNANDES, n. por 1569 (v. V, retro) C. por 1585 c. JORGE DE EDRA, n. por 1560, antigo morador de S. Paulo, inventariado em 1621 (inventário danificado).

Faleceu Paula Fernandes com testamento em 1648. Determinou ser enterrada na igreja matriz na cova de seu marido, com a tumba e bandeira da Misericórdia, tendo o acompanhamento dos clérigos e das confrarias de Nossa Senhora do Rosário e das Al-

mas; em vida, mandou celebrar cinquenta missas por sua alma e dispôs outras (INV. E TEST., XXXV, 143).

Tiveram doze filhos (já falecidos nove) e cinco filhas (dotadas de alguns bens e casadas) entre os quais:

- 1 (V)- MARIA DE FREITAS, n. por 1606, C.c. SIMÃO DA COSTA, testamenteiro de sua sogra (V - retro).
- 2 (V)- JOÃO LOBO, já falecido.
- 3 (V)- MARIA LOBO C.c. PAULO PEDROSO, n. em 1604. Os apelidos Lobo e Freitas seriam de ascendentes próximos.

IV- CAP. SEBASTIÃO FERNANDES CAMACHO, n. por 1573, C. antes de 1600 c. MARIA AFONSO, n. por 1580, irmã do Cap. Simão Álvares Martins, juiz ordinário em S. Paulo em 1627, de Pedro Álvares Martins, almotacel em 1598, e outros, todos filhos de Marcos Fernandes, o velho, e de s/m. Maria Afonso, esta parenta dentro do terceiro grau da mulher do Cap. Mor Calisto da Mota, governador da Capitania de Itanhaém em 1639 (Revista da ASBRAP, nº 8, p. 171 e 177).

Exerceu em S. Paulo os cargos de juiz ordinário em 1628 e 1643 (ACCSP, III, 293 e V, 143 e 167) juiz de órfãos em 1628 e 1643 (INV. E TEST., VII, 361 e XIII, 281); na Misericórdia foi escrivão em 1621 e provedor em 1627/1628 (INV. E TEST., V, 465; VII, 176 e 235).

Em 1615, registrou na Câmara cinco administrados do gentio carijó (RGCSP, VII, 126) e seguiu em 1628 na bandeira ao Guairá sob o comando do Cap. Mor Antônio Raposo Tavares (DIC. BAN.).

A 10 de dezembro de 1641, em requerimento ao Cap. Mor João Luís Mafra, obteve carta de sesmaria de umas terras situadas às margens do rio Apoterebu, partindo com a data do Cap. João Missel Gigante (seu parente). Justificou ser filho e neto de povoadores e conquistador da Capitania, os quais e ele suplicante, nas guerras, sempre acudiram com muita pontualidade, com suas pessoas, gente de seu serviço e armas (“Sesm.”, I, 471).

Ignora-se a data de seu falecimento. Sua mulher foi inventariada em 1634, segundo Silva Leme.

Pais de, ao menos (mencionados por Silva Leme):

- 1 (V)- ISABEL FERNANDES CAMACHO, n. por 1600, C.c. GASPAR CASSÃO DE BRITO, membro da Câmara de S. Paulo, nomeado almotacel em 1624, para servir em setembro e outubro com Álvaro Neto (o moço). Foi este último dispensado do cargo, pelo paren-

tesco em terceiro grau, ao meio, misto ao quarto grau, que havia entre suas mulheres: a mãe de Paula Camacho (sogra de Álvaro Neto) e a avó de Sebastião Fernandes Camacho (sogro de Gaspar Cassão de Brito) eram irmãs por parte paterna (ACCSP, III, 127 e 128).

- 2 (V)- MANUEL FERNANDES CAMACHO.
- 3 (V)- CAP. SEBASTIÃO FERNANDES CAMACHO (o moço), n. por 1610 – segue.
- 4 (V)- JOÃO FERNANDES, já falecido em 1639, deixou filhos menores dos quais foi curador seu irmão Sebastião Fernandes Camacho (INV. E TEST., XI, 354).

V- CAP. SEBASTIÃO FERNANDES CAMACHO, n. por 1610, C. em S. Paulo a 30 (?) de julho de 1634, c. ISABEL RODRIGUES BICUDO (também Bicudo de Brito) fª de Antônio Bicudo (que obteve sesmaria em Corupaitiba) e de s/m. Maria de Brito. Segundo Carvalho Franco, penetrou o sertão em 1637, 1645 e 1648 em busca de certas minas de prata de que tinha notícia, provavelmente na diretriz do território mineiro (RGCSF, VII, 215 e 216). Pouco depois de 1650, possuía uma sesmaria na paragem de Tetequera, no termo da futura vila de Pindamonhangaba, e era já falecido em 1660. Segundo Pedro Taques, sua mulher faleceu em Guaratinguetá, com testamento, a 22 de novembro de 1667.

Pais de, ao menos:

- 1 (VI)- SEBASTIÃO FERNANDES CAMACHO, n. por 1635, C.c. JOANA BRANDÃO DE VASCONCELOS. Em 1660, morava no bairro de Tetequera num sítio próximo às terras de sua mãe².
- 2 (VI) MANUEL FERNANDES CAMACHO, sertanista com seus irmãos em 1675 (S.L., VI, 338).

² A identificar - 1º) CAP. MOR SEBASTIÃO FERNANDES CAMACHO, natural de Paranaguá, C.c. Margarida de Siqueira de Avelar, pais de Clara Fernandes C.c. João Tavares de Miranda, fº do Cap. Francisco de Miranda Tavares, natural de Parnaíba, e de s/m. Antônia Ribeiro (ou Rodrigues) de Siqueira, pais de Antônio Tavares de Miranda, habilitado de *genere* pelo bispado do Rio de Janeiro, em 1761 (ACMSP). 2º) CAP. SEBASTIÃO FERNANDES CAMACHO, juiz ordinário e de órfãos na vila de Nossa Senhora da Conceição do Paraíba (Jacareí) em 1684 (INV. E TEST., XXII, 38).

3º) CAP. SEBASTIÃO FERNANDES CAMACHO, já falecido em 1680, C.c. Maria da Luz Madeira, irmã de João Rodrigues Madeira e de Manuel Rodrigues Madeira, todos filhos de Antônio Rodrigues Madeira, inventariado em 1680, e de s/m. Isabel Ferreira Drumond (Drumond).

4º) CAP. ANTÔNIO BICUDO CAMACHO, credor no inventário de Antônio Rodrigues Madeira, em 1680. Talvez o 3 (VI) acima.

- 3 (VI)- CAP. ANTÔNIO BICUDO CAMACHO, herdeiro com diversos parentes no inventário de sua tia Margarida de Brito, em S. Paulo, em 1675.
- 4 (VI)- MARIA BICUDO DE BRITO, n. por 1645, C.c. ESTEVÃO DE BARROS CARDOSO, já falecido em 1689, fº de Antônio de Barros de Alcáçova, natural de Portugal, e de s/m. Mariana Cardoso; n.p. de Luís de Barros de Alcáçova e de s/m. Maria da Silva de Pedrosa e n.m. do Cap. Pedro Madeira (juiz ordinário em S. Paulo em 1630) e de s/m. Violante Cardoso. São bisavós do Padre José Soares Leite, habilitado de *genere* em 1749 (ACMSP).

§ 3º

- III- BEATRIZ CAMACHO, n. por 1556 (fª de Jerônimo Dias Cortês e de Camacho) C. cerca de 1572 c. FRANCISCO FAREL, n. por 1550, que segundo os autores, teria residido em Santos e vindo para S. Paulo pouco antes de 1584 (ACCSP, I, 244). Conforme petição ao Cap. Mor Jerônimo Leitão, obteve nessa vila, a 27 de janeiro de 1588, sesmaria de meia légua em quadra, situada além do Anhembi, nas cabeceiras das terras de João Eanes, em Urubuapira. Declarou residir na Capitania há quinze anos, casado e com filhos, ajudando sempre a sustentar a terra assim nas guerras como na paz (INV. E TEST., X, 162). Segundo Carvalho Franco, seguiu em 1597 na bandeira do Cap. João Pereira de Sousa.

A 5 de fevereiro de 1601, na vila de S. Paulo, em casas de Francisco Teixeira, passaram Francisco Farel e sua mulher escritura de venda de terras, em Urubupira, a João Gago da Cunha, casado com Catarina do Prado, excluídas algumas partes vendidas a Henrique da Cunha Gago (INV. E TEST., X, 165 e 167).

Em 1626, morava na vila de Angra dos Reis Francisco Farel (INV. E TEST., II, 472, e VII, 152) que devia ser seu neto, n. por 1599, filho de Ana Farel (adiante).

Pais de, ao menos:

- 1 (IV)- BEATRIZ CAMACHO, n. cerca de 1573, C.c. FRUTUOSO DA COSTA - § 4º.
- 2 (IV)- CAMACHO, n. por 1575, C.c. DOMINGOS PIRES, ambos falecidos sem geração. Em S. Paulo, a 8 de fevereiro de 1595, Francisco Farel e s/m. Beatriz Camacho venderam por escritura a Antônio Rodrigues umas terras herdadas da filha, conforme escreveu Pedro Taques.

- 3 (IV)- ANA FAREL, n. por 1578, C.c. PEDRO ÁLVARES MARTINS – segue.
- 4 (IV)-, C.c. MANUEL LUÍS, segundo os autores.

IV- ANA FAREL, n. por 1578, C. cerca de 1594 c. PEDRO ÁLVARES (MARTINS) n, por 1570, fº de Marcos Fernandes, o velho, e de s/m. Maria Afonso (Revista da ASBRAP, nº 8, 172).

Faleceu Pedro Álvares em S. Paulo e foi inventariado em 1609. Menciona no testamento seus cunhados Sebastião Fernandes Camacho, primo de sua mulher Ana Farel³ e Domingos Dias, nomeado testamenteiro, casado com uma prima de sua sogra Beatriz Camacho⁴.

Casou a viúva em 1610 c. PASCOAL MONTEIRO, morador em S. Paulo, membro da governança eleita, procurador do concelho em 1615 e 1618 (ACCSP, II, 368, 390). Passou o casal a residir na vila de Angra dos Reis pouco depois de 1623 (INV. E TEST., II, 456) onde faleceu Pascoal Monteiro, com testamento, em 1626, sendo aberto o inventário nessa vila pelo juiz ordinário e de órfãos, Bartolomeu Antunes Lobo, e em S. Paulo por um precatório ao juiz de órfãos João de Brito Cassão (INV. E TEST., VII, 140 e 155).

A 6 de julho de 1626, nas pousadas de Francisco Farel, em Angra dos Reis, Ana Farel “*dona viúva*”, outorgou procuração para os inventários do 1º e 2º maridos, em S. Paulo. Creio que faleceu depois de 1638 (INV. E TEST., II, 467/475; VII, 148/152).

Teve do primeiro matrimônio:

- 1 (V)- MARCOS FERNANDES, n. por 1595, faleceu solteiro antes de 1633 em São Tomé, na África, deixando herdeira sua mãe (INV. E TEST., II, 462 e 467). A procuração de 1626 teria sido suficiente para que Ana Farel ou seus herdeiros recebessem a herança em 1638, através de seu filho João Álvares Farel, um dos procuradores em 1626 e 1638.
- 2 (V)- PEDRO ÁLVARES, n. por 1596, morava na cidade do Salvador, Bahia, em 24 de dezembro de 1636, quando passou procuração a seu irmão João Álvares Farel para a cobrança de dívidas de dinheiro a ganhos e outros bens do inventário paterno em S. Paulo (II, 469).

³ Por esses anos, os primos por afinidade eram considerados cunhados.

⁴ Pela idade, o cunhado de Pedro Álvares não devia ser Domingos Dias Dinis (§ 13-IV) que figura como neto de uma tia de Beatriz Camacho ou primo segundo de Ana Farel.

- 3 (V)- JOÃO ÁLVARES FAREL, n. por 1598, morava em Salvador com seu irmão Pedro Álvares. A 12 de junho de 1638, em S. Paulo, compareceu em juízo para cobrar os mencionados bens (p. 474 e 477).
- 4 (V)- FRANCISCO ÁLVARES (OU FAREL), n. por 1599, deu quitação em 6 de julho de 1624 a seu tio e curador, Simão Álvares, da herança paterna. Deve ser o morador Francisco Farel, de Angra dos Reis, em 1626, segundo o mesmo inventário (p. 460 e 462).

Ana Farel teve do 2º matrimônio:

- 5 (V)- ANTÔNIO, n. em 1619, recebeu como curador seu tio Sebastião Fernandes Camacho, nomeado pelo juiz de órfãos João de Brito Cassão a 23 de abril de 1626 (INV. E TEST., VII, 144).

§ 4º

- IV- BEATRIZ CAMACHO, n. cerca de 1573 (fª de Francisco Farel e Beatriz Camacho - § 3º) deve ser a C. por 1587 c. FRUTUOSO DA COSTA, natural de Portugal, vindo da Capitania do Espírito Santo para S. Paulo onde obteve, em janeiro de 1573, provisão do Cap. Mor Jerônimo Leitão para exercer os ofícios de escrivão da câmara e de tabelião do público judicial e notas. Apresentou como fiador Diogo Vaz Riscado e permaneceu no ofício de escrivão até dezembro de 1576 (ACCSP, I, 58 e 109) e no de tabelião até abril de 1578. Em 3 de março de 1583, residia em S. Paulo e acertou algumas contas no inventário de Damião Simões (INV. E TEST., I, 9 e 11). Possuiu terras em Urubuapira e criação de gado (INV. E TEST., X, 172). Faleceu creio depois de 1600. Casou a viúva com Belchior da Veiga, fª de Belchior da Costa da Veiga e de s/m. Estácia Antunes (irmã do Cap. Manuel Antunes, lugar-tenente do senhor Lopo de Sousa). s. geração.

Faleceu Beatriz Camacho em S. Paulo, com testamento (escrito a rogo por Diogo de Lara) sendo o inventário aberto a 31 de dezembro de 1636. Determinou ser sepultada na igreja de Nossa Senhora do Carmo, assistida pelo vigário, Padre João Álvares, e com a bandeira da Misericórdia. Dispôs doze missas em louvor ao Santíssimo Sacramento à Virgem (sob as invocações do Carmo, do Rosário, da Conceição e Piedade) ao Arcanjo S. Miguel, ao Anjo da Guarda e pelas almas; depois de um mês de seu falecimento seria rezado um ofício de três lições. Nomeou testamenteiro seu filho Antônio da Costa (DAESP).

Teve do 1º matrimônio:

- 1 (V)- PAULO DA COSTA C.c. PÁSCOA DO AMARAL – segue.
- 2 (V)- ANTÔNIO DA COSTA, n. por 1590, C.c. MARGARIDA AFONSO.

- V- PAULO DA COSTA, n. em S. Paulo em 1587/89, C. cerca de 1609 c. PÁSCOA DO AMARAL, n. por 1593, fª de Gaspar Nunes, natural de Portugal, e de s. 2ª m. Antônia Gomes (da Silva).

Exerceu em S. Paulo o cargo de almotacel em 1618 e 1627 (ACCSP, II, 394 e III, 274). Em 1657, depôs no processo de habilitação sacerdotal do Padre Pedro Leme do Prado (ACMSP).

Faleceu a 30 de agosto de 1662, com testamento, escrito a rogo por Francisco Velho de Moraes. Determinou seu sepultamento em jazigo próprio na igreja de Nossa Senhora do Carmo, seu corpo em hábito da respectiva Ordem, e dispôs vinte missas.

Nomeou testamenteiros sua mulher e os genros Diogo Ferreira e Diogo Rodrigues. Num rol de devedores menciona o filho Nicolau da Costa, o genro Manuel Fernandes de Moraes, o neto Paulo Nunes (de Siqueira), Paulo do Amaral, já falecido (creio primo-irmão de Páscoa do Amaral) os herdeiros de seu irmão Antônio da Costa e outros.

Entre os bens do inventário houve um sítio, chãos, casas e quinze administrados do gentio do Brasil. Somou o monte mor 410\$170.

Pais de:

- 1 (VI)- FRUTUOSO DA COSTA, n. por 1610, C. na Sé a 1º de abril de 1636 c. SEBASTIANA PIMENTEL, ambos já falecidos em 1662 deixando os filhos:
 - 1 (VII)- MANUEL ALVES PIMENTEL, c. 25 anos de idade
 - 2 (VII)- INÁCIO ALVES, C.c. ANA DA SILVA.
 - 3 (VII)- PAULO PIMENTEL, c. 20 anos de idade
 - 4 (VII)- ANA PIMENTEL, C.c. TOMÉ MENDES RAPOSO.
 - 5 (VII)- ANTÔNIO, c. 15 anos de idade
- 2 (VI)- PAULO DA COSTA, falecido.
- 3 (VI)- PADRE FREI JOÃO, falecido.
- 4 (VI)- MARIA DO AMARAL C.c. JOÃO NUNES (DE SIQUEIRA) pais de PAULO NUNES DE SIQUEIRA C.c. Joana de Castilho, conforme escreveu Silva Leme.
- 5 (VI)- SEBASTIANA DA COSTA (OU DO AMARAL) C. na Sé a 19 de fevereiro de 1640 c. FRANCISCO GOMES, já falecido em 1662 deixando o filho FRANCISCO GOMES; 2ª vez C. c. DIOGO RODRIGUES.
- 6 (VI)- ANA DA COSTA (OU DO AMARAL) C. na Sé a 19 de fevereiro de 1640 c. FRANCISCO DIAS LEME.

- 7 (VI)- ANTÔNIA GOMES C.c. MANUEL FERNANDES DE MORAIS, já falecido em 1662 deixando o filho Paulo; 2ª vez C. c. VICENTE DE GÓIS.
- 8 (VI)- BEATRIZ DA SILVA C. na Sé a de 1642 c. DOMINGOS RODRIGUES DE NIZA, já falecidos em 1662 deixando os filhos:
- 1 (VII)- PEDRO, c. 15 anos de idade
- 2 (VII)- MARIA INÊS C.c. MANUEL LOPES.
- 3 (VII)- DOMINGOS, c. 7 anos de idade
- 9 (VI)- MARIA DA COSTA C.c. DIOGO FERREIRA, natural de Portugal, que ocupou honrosos cargos em S. Paulo, conforme escreveu Silva Leme.
- 10 (VI)- MARIA DA SILVA C.c. PEDRO GONÇALVES; c. 2ª vez, segundo Silva Leme, c. MANUEL DULTRA MACHADO, natural da Ilha de S. Miguel.
- 11 (VI)- NICOLAU DA COSTA (creio pago de alguns bens ou já falecido em 1662).

§ 5º

- II- GONÇALO CAMACHO, n. por 1534, natural de Viana, conforme escreveu Pedro Taques (fº de Bartolomeu Camacho e da segunda ou primeira mulher). Não devia ser muito velho quando seguiu na entrada contra os guarulhos em 1589; se o seu nascimento ocorreu alguns anos depois de 1534, as irmãs mais velhas do segundo casamento de seu pai nasceram forçosamente antes dele.

Conforme os autores, teria casado em Santos (por 1559) c. FERREIRA (n. por 1543 ou antes) fª do Cap. Mor e Ouvidor Jorge Ferreira.

Passou a residir em S. Paulo onde, a 7 de fevereiro de 1588, assinou com os oficiais da Câmara e vinte e oito moradores a ata que registrou o pedido de provisão ao governador da Capitania para a construção da igreja matriz (ACCSP, I, 345).

Sua idade não impediu que seguisse, em 1589, na expedição contra os índios revoltosos de Mogi, que partiu de S. Paulo sob o comando do Cap. Domingos Luís Grou, reunindo cerca de cinquenta brancos com seus administrados. Depois de muitos reveses, pode Gonçalo Camacho voltar para S. Paulo somente em dezembro de 1593 (ACCSP, I, 477). Faleceu em data não conhecida.

Pais de, ao menos:

- 1 (III)- JORGE CAMACHO, n. por 1560, mencionado por Pedro Taques (citando uma procuração) já adulto em 1580 quando assinou em Santos, segundo os autores, a escritura de doação da casa do concelho aos jesuítas, para o estabelecimento do Colégio.
- 2 (III)- (?) JOANA CAMACHO, n. por 1563, C. por 1579 c. ABREU e segunda vez, creio depois de 1590, c. FRANCISCO MALDONADO, n. por 1550, que serviu em S. Paulo o cargo de procurador do concelho em 1599 (ACCSP, II, 55).

Teve do 1º matrimônio alguns filhos, tutelados de seu cunhado Manuel Alves, entre os quais:

- IV- AGUEDA DE ABREU, n. por 1580, c. por 1596 c. GONÇALO DA COSTA, n. em Santos por 1573 ou antes, fº de Antônio da Costa, n. em Portugal por 1530 (almoxarife da Fazenda Real pelos anos de 1570) e de s/m. parenta por afinidade do Cap. Afonso Sardinha, o velho (segundo seu testamento). Faleceu Antônio da Costa por volta de 1590 e deixou o único filho legítimo, Gonçalo da Costa, do qual foi tutor o Cap. Mor Pedro Cubas. Recebeu Gonçalo da Costa a herança paterna no valor de mil cruzados (400\$000 líquidos). Faleceu com testamento, pouco depois de sua mulher, sendo aberto inventário a 16 de julho de 1599.

Determinou ser sepultado na igreja da Companhia de Jesus e dispôs missas em louvor ao Santíssimo Sacramento, a Nossa Senhora da Conceição e da Luz, a S. Gonçalo e a S. Miguel (testamento escrito a rogo por Gonçalo da Mota). Possuía entre os bens sete cartas de terras, por datas de sesmarias ou por compras. Como testamenteiro serviu Francisco Maldonado.

Havia falecido Agueda de Abreu depois de 3 de julho do mesmo ano, com testamento, escrito pelo Padre Gaspar Sanches, e foi inventariada em processo conjunto com o marido. Determinou ser sepultada na mesma igreja, na cova de seu pai, e dispôs missas em louvor ao Santíssimo Sacramento, a Nossa Senhora do Carmo e da Conceição, a Santa Agueda, a Santa Lúcia e uma missa cantada no dia de seu enterramento. Nomeou testamenteiros seu padraсто Francisco Maldonado e sua mãe Joana Camacho.

Houve leilão dos bens do casal, sem referência às terras (INV. E TEST., I, 283 e 288/306).

Pais de um único filho:

- V- JORGE, n. em 1597, teve como curador José de Camargo “por ser parente do órfão”, nomeado a 20 de setembro de 1599 pelo

juiz ordinário e de órfãos Pedro Leme. Prestou fiança e apresentou como fiador seu sogro Domingos Luís. A 5 de julho de 1604, no mesmo inventário, o juiz de órfãos Bernardo de Quadros nomeou o novo curador, Manuel Godinho de Lara, parente afim do órfão.

§ 6º

- II- (?) MARIA CAMACHO, n. por (?)1535 (fª do § 1º e segunda mulher) C.c. FRANCISCO DOMINGUES, n. em 1530 em Arcozelo de Maio, bispado de Lamego, fª de Pedro Domingues e de s/m. Maria Lopes. Conforme declarou, veio em 1570 (provavelmente com a família) para a Capitania de S. Vicente, onde permaneceu por alguns anos⁵. Residiu na vila de S. Paulo e aparece referido pelo Cap. Afonso Sardinha, o velho, no seu testamento, sobre negócios. Transferiu-se para o Rio de Janeiro onde exerceu um cargo da Câmara em 1591, e nessa cidade obteve sesmaria em 1597, segundo os autores.

Depôs nessa cidade a 7 de novembro de 1620, como testemunha, no “Processo Informativo” para a beatificação do Padre José de Anchieta. Conheceu-o há quarenta anos. Narrou um milagre acontecido com ele: estava muito mal, andando de muletas e foi ao Colégio visitar ao Padre Anchieta, recém chegado da Capitania do Espírito Santo. Disse-lhe o padre que não havia mais de trazer muletas. Mostrando ser impossível caminhar sem elas, Anchieta as trocou por um bordão. Chegou até a sarar e, no dia em que depôs, vivia são e valente, sem nunca mais ter tido a enfermidade, conforme escreveu o Padre Hélio Abranches Viotti, SJ (Revista da ASBRAP, nº 3, p. 13). Teriam deixado geração⁶.

§ 7º

- II- CAMACHO, n. por 1536 (fª do § 1º e segunda mulher) C. por 1550 c. um povoador da capitania e se estabeleceram na vila de S. Paulo. Era irmã por parte paterna da mãe de Ana Camacho C.c. Domingos Luís Carvoeiro.

⁵ Seria irmão ou parente de Pedro Domingues, n. por 1540, estabelecido em S. Paulo, C. em Portugal ou na Capitania cerca de 1577 c. Clara Fernandes, n. por 1563, pais do Cap. Pedro Domingues, n. em 1578. Casou Clara Fernandes c. o segundo marido, Antônio Gonçalves Pires, e teve o último filho, Antônio Gonçalves, nascido em 1605 (INV. E TEST., VII, 386).

⁶ A respeito de Francisco Domingues também escreveu o historiador Elysio de Oliveira Belchior (“Conquistadores e Povoadores do Rio de Janeiro”, Livraria Brasileira Editora, 1965).

Tiveram, ao menos:

- 1 (III)- CAMACHO, n. por 1551, primeira mulher de Gaspar Nunes, natural de Portugal, vindo para a Capitania de S. Vicente em 1564, ou pouco depois – segue.
- 2 (III)- PAULA CAMACHO, n. por 1554, C. por 1570 c. JOÃO MACIEL - § 8º.
- 3 (III)- ANTÔNIO CAMACHO, n. por 1556, C. por 1581 c. JOANA RODRIGUES, cristãos velhos, segundo o processo de *genere* de seu neto Padre Gaspar Borges Camacho - § 9º.
- 4 (III)- ESPERANÇA CAMACHO, n. por 1565, C. por 1588 c. FRANCISCO RODRIGUES BARBEIRO, viúvo, ambos falecidos com testamento – § 11º.

III- CAMACHO, n. por 1551, C. cerca de 1565 c. GASPAR NUNES, n. por 1540, que exerceu em S. Paulo os cargos de alcaide em 1578, procurador do concelho em 1583, almotacel em 1584, 1603 e 1609 (ACCSP, I, 115, 202 e 240; II, 135 e 246). Em 1578, foi declarado, na Câmara, cunhado de João Maciel (ACCSP, I, 125). Obteve chãos em S. Paulo, situados em Guarepe e dentro da vila, conforme as cartas de datas da Câmara, em 1588 e 1609. Em Guarepe foi seu vizinho Domingos Teixeira, com terras demarcadas a partir do caminho de Piqueri (RGCSF, I, 15 e 183). Faleceu Camacho por 1592 e casou o viúvo pouco depois com Antônia Gomes, viúva de Pedro Dias.

Devem ser os pais de:

IV- ISABEL NUNES, n. por 1566, C. por 1582 c. PEDRO MARTINS, o velho, n. por 1556, morador em S. Paulo em 1592 quando assinou na Câmara, com cerca de setenta pessoas, a ata contra a entrega das aldeias indígenas à administração dos padres jesuítas. Em 1608, serviu o cargo de almotacel (ACCSP, I, 448; II, 224).

Sendo viúvo e de idade avançada, faleceu em casa de sua filha Maria Leoa em 1638. Fez testamento e determinou ser sepultado na igreja da Santa Casa de Misericórdia, como membro da respectiva Irmandade, no jazigo de sua mulher e dispôs dez missas em louvor ao Santíssimo Sacramento, a Nossa Senhora do Rosário, a S. José, ao Santo de seu nome e ao Anjo. Referiu-se aos genros João Vieira e Gaspar Manuel Salvago, já falecidos. Possuía uma data de terras de meia légua, dos limites de Ibitoratim até o Juqueri, a qual deixava a suas netas Maria Morato e Luzia de Ávila, pelas boas obras que delas teve (INV. E TEST., XII, 199 e 203).

Pais de:

- 1(V)- (RIBEIRO OU MARTINS), n. por 1584, C. por 1600 c. JOÃO VIEIRA SARMENTO, almotacel em 1609 (ACCSP, II, 250) e escrivão da Câmara em 1607. Na sessão da Câmara, a 17 de março desse ano, foi sua mulher mencionada como sobrinha da mulher do juiz ordinário Domingos Dias (por ser sua avó materna primã-irmã de Clara Dinis, mulher do dito juiz); na mesma sessão, também declaradas sobrinhas de Clara Dinis: a mulher do procurador do concelho Fernão Dias Leme (Catarina Camacho, filha de João Maciel e de s/m. Paula Camacho) e a mulher de José de Camargo (Leonor Domingues, filha de Domingos Luís e de s/m. Ana Camacho). Clara Dinis era filha de Cristóvão Dinis e de s/m. Maria Camacho e esta irmã da mãe de Paula Camacho, da mãe de Ana Camacho e da avó de Isabel Nunes (por esses anos, os filhos dos primos eram considerados sobrinhos).

- 2(V)- ANA RIBEIRO, n. por 1586, C. a 1ª vez c. MANUEL REQUEIXO – segue.

- 3(V)- ISABEL MARTINS, n. por 1590, C. por 1608 c. CRISTÓVÃO PEREIRA, falecido em 1622 (INV. E TEST., V, 489).

Pais de:

- 1(VI)- PEDRO, n. em 1609.

- 2(VI)- LUISA, n. em 1611.

- 3(VI)- CRISTÓVÃO PEREIRA, n. em 1617, c. na Sé a 4 de maio de 1642 c. MADALENA VIDAL (S. Leme, I, 12).

- 4(VI)- FRANCISCO, n. em 1621.

- 4(V)- MARIA LEOA, n. por 1595, C. por 1613 c. DOMINGOS MORATO DE BITENCOURT, tabelião em S. Paulo em 1619 etc. Era viúva e serviu como testamenteira do pai, em 1638. Tiveram, ao menos:

- 1(VI)- MARIA MORATO C. a 17 de agosto de 1643 c. PEDRO (?) DE LIMA BORGES, natural de Ponte de Lima, fº de Domingos Álvares de Lara e de s/m. Domingas Rodrigues, já falecidos (Sé, p. 37).

- 2(VI)- LUZIA DE ÁVILA BITENCOURT C. a 16 de abril de 1640 c. SIMÃO LOPES FERNANDES, viúvo de Isabel de Brito, fº de Manuel Fernandes, já falecido, e de s/m. Beatriz Gonçalves (Sé, p. 24v.).

Exerceu Simão Lopes Fernandes o cargo de procurador do concelho em 1648 e 1650; novamente

eleito procurador em 1652, se escusou de servir pelo parentesco do terceiro para o quarto grau com Maria Maciel, mulher do juiz ordinário Domingos Barbosa Calheiros (ACCSP, V, 313, 399 e 509).

Se o impedimento procedeu por afinidade, explica-se pela seguinte linha o parentesco: Paula Camacho (C.c. João Maciel) e Camacho (C.c. Gaspar Nunes) eram irmãs; de Paula Camacho nasceu o Cap. João Maciel Valente e deste Maria Maciel, mulher do juiz Domingos Barbosa Calheiros (S. Leme, 8º, 241); de Camacho nasceu Isabel Nunes e desta Maria Leoa, mãe de Luzia de Ávila Bitencourt, mulher de Simão Lopes Fernandes (3º grau misto ao 4º por afinidade).

Faleceu Simão Lopes Fernandes em 1668 e foi inventariado em S. Paulo (inventário danificado).

- V- ANA RIBEIRO, n. por 1586, C. por 1604 c. MANUEL REQUEIXO, que faleceu no sertão do rio Paraupava, na bandeira do Cap. André Fernandes. Foi o inventário aberto a 22 de fevereiro de 1615 no sertão e a 22 de setembro em S. Paulo. Não teve geração desse casamento.

Casou a viúva cerca de 1616 c. o Licenciado GASPAS MANUEL SALVAGO “*alojado nesta Capitania*” (INV. E TEST., XXXI, p. 31, 32 e 38) já falecido em 1638 (v. IV, retro).

Pais de:

- VI- BÁRBARA RIBEIRO (SALVAGO), n. por 1617 ou pouco depois, C. em junho de 1640 c. DESIDÉRIO PEDROSO (S.L., VII, 159).

Casou a segunda vez cerca de 1648 c. JOÃO PIRES ANTUNES, n. por 1600, viúvo de Beatriz Moreira, falecida em novembro de 1647, com testamento em que dispôs vinte missas.

Pertenceu João Pires Antunes à governança eleita de S. Paulo onde exerceu o cargo de procurador do concelho em 1655 (ACCSP, VI, 118).

Faleceu em 1659, com testamento, e teve de sufrágios cinqüenta missas. Entre os bens do seu inventário constaram um sítio com casas de telha, chãos na vila e gado vacum. Arrolaram-se treze administrados do gentio e trinta e dois no inventário da primeira mulher (INV. E TEST., 37º, p. 7, 14 e 24). A 30 de março de 1660, foi Bárbara Ribeiro nomeada pelo juiz de órfãos, Dom Simão de Toledo Piza, para o cargo de tutora e curadora de

seus filhos (com renúncia do benefício de “*senatus consulto veleiano*”) a qual apresentou como fiador e principal pagador Manuel Preto de Moraes, segundo o inventário (p. 31).

Pais de:

- 1(VII)- GASPAR, n. em 1649 – v. Gaspar Manuel de Salvago (S. Leme, 8º, 327, 3-1).
- 2(VII)- MANUEL, n. em 1650 – (deve ser Manuel Pires Salvago C.c. MARIA PIRES RIBEIRO, com descendência na região de Guarulhos).
- 3(VII)- MATIAS, n. em 1651
- 4(VII)- ISABEL, n. em 1652.
- 5(VII)- MARCOS, n. em 1653 – (creio Marcos Pires).
- 6(VII)- BRÁS, n. em 1654.

§ 8º

- III- PAULA CAMACHO, n. por 1554, (fª do § 7º) C. cerca de 1570 c. JOÃO MACIEL, n. em Portugal por 1545. A 18 de março de 1595, em requerimento à Câmara, obteve sessenta braças craveiras de chãos em quadra entre Guarepe e Piratininga, lugar onde já possuía casa e curral; declarou ser casado há vinte e (cinco) anos, que sempre ajudou nos sucessos passados, era genro de morador antigo e tinha muitos filhos (RGCSP, I, 72). Exerceu na Câmara os cargos de procurador do concelho em 1580 e 1590 (ACCSP, I, 157 e 381) almotacel em 1581, 1585 e 1592 (I, 186, 274 e 444) juiz ordinário em 1593 (I, 453) e vereador em 1600 (II, 69). Conforme provisão do Cap. Mor Jerônimo Leitão serviu os ofícios de escrivão do campo, tabelião e escrivão da Câmara de 1581 a 1584 (I, 177, 194 e 252) e de contador e inquiridor em 1591, por ser homem apto, de sã consciência e honrado, com nova provisão do Cap. Jorge Correia em 1592 (RGCSP, I, 32 e 57).

Em 1578, foi mencionado na Câmara como cunhado de Gaspar Nunes (ACCSP, I, 125). Faleceu antes de 1609, conforme referência na Câmara (II, 247) não existindo nos arquivos seu inventário ou testamento.

Sua mulher ainda viveu por muitos anos; a 1º de setembro de 1624, informou ao tabelião Simão Borges de Cerqueira o parentesco dos almotáceis Álvaro Neto, casado com sua filha Paula Maciel, e Gaspar Casão, genro de Sebastião Fernandes Camacho, declarando que sua mãe era meia irmã da avó de Sebastião Fernandes Camacho (parentesco afim do 3º grau, ao meio, para o 4º grau). Foi excluído do cargo Álvaro Neto (ACCSP, III, 128).

Faleceu Paula Camacho em data não conhecida; com descendência amplamente descrita por Silva Leme.

Pais de:

- 1 (IV)- MARIA MACIEL, n. cerca de 1572, C. por 1587/88 (“Cartas de Datas”, II, 13) c. ANTÔNIO NUNES (DE SIQUEIRA) n. por 1562, que seria filho de Antônio de Siqueira (Mendonça) e de (?) s. 1ª mulher Nunes, creio filha de Antão Nunes e de s/m. Isabel Botelho.
- 2 (IV)- ANA MACIEL, n. por 1579, C. cerca de 1593/94 (“Cartas de Datas”, II, 9) c. JORGE DE BARROS FAJARDO, natural da Galícia, falecido com testamento em 1615 (INV. E TEST., IV, 65); casou segunda vez (conforme os autores) cerca de 1616 c. ANTÔNIO ANTUNES LOBO; c. geração.
- 3 (IV)- CAP. JOÃO MACIEL VALENTE, n. em 1578, C. cerca de 1608 c. MARIA RIBEIRO, n. por 1592, fª de Estêvão Ribeiro, o moço (juiz ordinário em 1596 e 1598) e de s/m. Maria Duarte. Foi juiz ordinário em 1630.
- 4 (IV)- ANDRÉ MACIEL, n. por 1580, C. em 1606 c. PAULA GOMES, n. por 1588 e falecida em 1614, fª de Pedro Dias (juiz ordinário em 1580) e de s. 2ª mulher Antônia Gomes (da Silva); casou 2ª vez com MARIA TINOCO.
- 5 (IV)- CATARINA CAMACHO, n. por 1584, C. por 1600 c. FERNÃO DIAS (LEME) n. em 1576, fº de Fernão Dias Pais e de s/m. Lucrecia Leme. Era Catarina Camacho sobrinha de Clara Dinis (filha de Cristóvão Dinis e de s/m. Maria Camacho) casada com Domingos Dias, juiz ordinário em 1607 (v. IV – Leonor Domingues).
 O Cap. Fernão Dias (Leme) servia nesse ano o cargo de procurador do concelho quando foram considerados os diversos parentescos na Câmara (ACCSP, II, 192).
- 6 (IV)- LUCRÉCIA MACIEL, n. por 1586, C. por 1602 c. BENTO DE BARROS BASSON e 2ª vez c. FRANCISCO DE FIGUEIREDO (v. Revista da ASBRAP, nº 5, p. 230).
- 7 (IV)- JUSTA MACIEL, n. por 1588, C. por 1604 c. ANDRÉ MARTINS BONILHA. São avós de João Damasceno de Lara (da governança de Jacaref) C.c. MARIA MOREIRA (Revista da ASBRAP, nº 10, p. 168).
- 8 (IV)- DOMINGOS MACIEL VALENTE, n. por 1590, C. por 1615 c. MARIA DE ALVARENGA. Foi nomeado almotacel em 1637 (ACCSP, IV, 343).

- 9 (IV)- PAULA MACIEL, n. por 1592, C. por 1608 c. ÁLVARO NETO, o moço, fº de Álvaro Neto, natural de Portugal, e de s/m. Mécia da Peña e por esta neto de Antônio da Peña e de s/m. Francisca de Góis, povoadores da Capitania.
- 10 (IV)- BATISTA MACIEL, n. por 1594, C.c. ISABEL RODRIGUES (S.L., 8º, 264).

§ 9º

- III- ANTÔNIO CAMACHO, n. por 1556 (fº do § 7º) veio para a vila de S. Paulo em 1570, creio em companhia de seus pais e irmãos, e C. cerca de 1581 c. JOANA RODRIGUES, n. por 1565.

A 20 de setembro de 1592, assinou na Câmara, com mais de setenta pessoas, a ata contra a provisão do Cap. Mor Jorge Correia de transferir aos jesuítas a administração das aldeias indígenas (ACCSP, I, 448). Pertenceu à governança e elegeu-se no pelouro procurador do concelho em 1609 e 1612 (ACCSP, II, 232 e 306). Pelas falhas nas atas da Câmara entre os anos de 1554 e 1600, nada se conhece de sua atuação no último quartel do século.

Em 1601, conforme requerimento à Câmara, recebeu cem braças craveiras de chãos em quadra, junto à testada das terras de João Maciel, em Piratininga, começando do ribeiro Guaré. Declarou na petição ser neto e filho de povoadores dos mais antigos, casado há perto de vinte anos e prestando sempre ajuda na defesa da terra (“Cartas de Datas”, II, 5 e 7).

A 22 de fevereiro do mesmo ano teve provisão do governador geral do Brasil, D. Francisco de Sousa, com informação dos juizes ordinários, para servir no Juízo de S. Paulo em todas as causas cíveis e criminais “*em que as partes o quizerem*” e fora dele, na forma ordinária, assim no juízo de órfãos como no criminal e cível (RGCSF, I, 102).

Em 1610, por requerimento ao Cap. Mor Ouvidor Gaspar Conqueiro, obteve uma sesmaria de meia légua de terras no termo da vila, além do rio Anhemby, nas cabeceiras (de seu cunhado ?) Francisco Rodrigues e de André Gonçalves, na parte do ribeiro “*Coabussu*”, visto estarem devolutas as ditas terras desde o povoamento da vila. Alegou sua condição de “..... *e povoador della de quarenta annos a esta parte*”, ajudando sempre a defendê-la, era casado e com filhos (“SESM.”, I, 101). Por esses informes, veio para a vila de S. Paulo em 1570 (com cerca de 14 anos de idade, provavelmente em companhia de seus pais e irmãos).

Em 1615, registrou na Câmara onze administrados do gentio carijó (RGCSF, VII, 120).

A 26 de janeiro de 1602, por despacho do juiz de órfãos Bernardo de Quadros, teve o encargo de segundo tutor da órfã Maria (n. em 1597) filha de Salvador de Chaves e de s/m. Apolônia Domingues, ambos falecidos com testamento e inventariados em 1599. Havia justificado Antônio Camacho ser “*tio da menina*” e “*parente mais achegado*”; prestou o juramento dos Santos Evangelhos e apresentou por fiadores Ascenso Ribeiro e alguns anos depois, Belchior da Veiga.

O primeiro tutor, Garcia Rodrigues, cunhado do pai da órfã (nomeado pelo testamento em 1599) depois de servir cerca de dois anos e meio, aprovou a transferência da tutoria para o tio da órfã, Antônio Camacho⁷, que permaneceu nessa função até por volta de 1620 (INV. E TEST., XXX, 23, 24, 26 e 29).

Faleceu Antônio Camacho entre os anos de 1625 e 1633. Ignora-se o falecimento da mulher.

Pais de, entre outros:

- IV- HELENA RODRIGUES, n. por 1593, C. cerca de 1613 c. ANTÔNIO DA FONSECA, morador em S. Paulo, falecido com testamento e inventariado em 1619. Determinou sepultura na igreja de Nossa Senhora do Carmo, como membro de sua irmandade, e encomendou missas, em louvor ao Santíssimo Nome de Jesus, a Nossa Senhora e por outras invocações pias.

Nomeou testamenteira sua mulher. No inventário foi curador dos órfãos o avô Antônio Camacho, que serviu até por volta de 1625 (INV. E TEST., XXVII, 5).

⁷ Declarou Antônio Camacho ser “tio da menina” e “parente mais achegado”, o que indicaria próximo parentesco afim ou consanguíneo com os pais da órfã. Apolônia Domingues, n. cerca de 1579, era fª de Pedro Domingues (n. em Portugal por 1540) e de s/m. Clara Fernandes (nascida forçosamente entre os anos de 1562 e 1564). As vindas de Antônio Camacho para a vila de S. Paulo e de Francisco Domingues (trazendo a família?) para a Capitania de S. Vicente ocorreram em 1570 (v. § 6º). Muitos povoadores teriam vindo para a Capitania anos depois de seus pais ou avós. Não haveria parentesco algum dos pais da órfã com Antônio Camacho, no caso de ser este primo-irmão ou irmão de Clara Dinis, casada com Domingos Dias, o moço (v. § 13 – III) este último, irmão inteiro de Salvador de Chaves, casado com Apolônia Domingues, ambos falecidos em 1599. Clara Dinis era apenas cunhada de Salvador de Chaves, sem parentesco algum consanguíneo com ele ou sua mulher. Se por hipótese fosse Antônio Camacho filho de Francisco Domingues e este irmão de Pedro Domingues, avô materno da órfã, poderia, como primo-irmão de Apolônia Domingues, ser chamado “tio da menina” e “parente mais achegado”. Não se exclui a hipótese de serem irmãs as mencionadas Clara Fernandes e Joana Rodrigues (nascida por 1565) mulher de Antônio Camacho. Faltam ainda provas para se esclarecer o parentesco.

Casou a viúva cerca de 1621 c. FRANCISCO BORGES, natural de Portugal, irmão de Antônio Álvares Couceiro (INV. E TEST., XXVIII, 110) filho de Antônio Álvares e de s/m. Maria Borges (n.p., creio, de Antônio Álvares e de s/m. Violante de Siqueira).

Faleceu Helena Rodrigues em 1635, com testamento, e foi inventariada em S. Paulo (inventário danificado). Casou o viúvo na Sé, a 17 de abril de 1636, c. Ana da Costa, n. em Itanhaém, filha de Francisco da Costa e de s/m. Joana de Peralta (título Colaços).

Faleceu Francisco Borges em 1649, com testamento, e foi inventariado na mesma vila. Determinou ser sepultado na igreja de S. Francisco, com a assistência da Santa Casa de Misericórdia, celebrando-se na ocasião cinco missas de corpo presente. Encomendou missas em louvor às Cinco Chagas de Cristo, ao Espírito Santo, a S. Miguel, a Nossa Senhora do Rosário, a Nossa Senhora do Carmo, no altar privilegiado de sua igreja, a Nossa Senhora da Ajuda, na ermida do Padre João Alves, e a Nossa Senhora da Conceição de Itanhaém.

Entre os bens do inventário declararam-se casas de taipa de pilão na vila, sítio na paragem do “outeiro nas minas de Nossa Senhora”, sítio em Ibutiratim, gado vacum, meia légua de terras no lugar de Jacapetiba para a banda de Iberatiba, conforme a carta de sesmaria, em 1639 (“Sesm.”, I, 292) e arrolaram-se cerca de oitenta administrados do gentio (INV. E TEST., XXXIX, 87)

Teve Helena Rodrigues do primeiro matrimônio três filhos (mencionados por Silva Leme):

- 1 (V)- MARIA CAMACHO, n. em 1614, C.c. LUÍS CABRAL DE MESQUITA, almotacel em 1627 (III, 285) que requereu e obteve, por despacho do Cap. Mor João Luís Mafra, a 8 de novembro de 1640, sesmaria de meia légua em Juquiquerê, no termo da vila de S. Sebastião. Fez a petição em conjunto com Antônio Coelho de Abreu, Serafino Correia e João Ortegas “todos parentes” e moradores nessa vila, que também receberam meia légua de terras na referida paragem. Alegaram ser casados na dita vila, filhos (de povoadores) e conquistadores e “*elles da principal gente e governo da capitania* (de S. Vicente) *defendendo-a em todas as occasiões que se*

offereceram assim do gentio e inimigos rebeldes hollandezes como sucedeu há pouco tempo na ilha e villa de S. Sebastião” (“Sesm”, I, 414).

- 2 (V)- BARTOLOMEU DA FONSECA, n. em 1616.
3 (V)- JOANA RODRIGUES, n. em 1618, C.c. LOPO FERNANDES DE MATOS.

Do segundo casamento teve Helena Rodrigues, naturais de S. Paulo, sete filhos (todos tratados por Silva Leme);

- 4 (V)- PADRE GASPAR BORGES CAMACHO, n. em 1625, habilitado sacerdote secular, no Rio de Janeiro, por sentença de genere a 2 de maio de 1662. Depuseram as testemunhas juradas aos Santos Evangelhos, no processo sacerdotal, serem os pais e avós do habilitando inteiros cristãos velhos, o pai nascido em Portugal e os avós maternos moradores na vila de S. Paulo. Pela sentença do Prelado Administrador, foram declarados os pais do habilitando pessoas das principais dessa vila (ACMSP).

Segundo a escritura do patrimônio sacerdotal, lavrada na vila de Taubaté, a 4 de novembro de 1661, pelo tabelião João Veloso, recebeu Gaspar Borges Camacho, por doação de seus irmãos Francisco Borges Rodrigues e Manuel Borges, parte da sesmaria de S. Paulo, do lugar de Ibutiratim, e um sítio e terras em Taubaté, no bairro de Pindamonhangaba, com casas de telha de quatro lances, medindo as terras cerca de duzentas braças de testada por seiscentas de sertão. Teve mais, por doação de Tristão de Oliveira e sua mulher Maria Pedroso (conforme a escritura lavrada em S. Paulo, a 26 de fevereiro de 1662) casas de dois lances de taipa de pilão, casas estas situadas adiante do convento de Nossa Senhora do Carmo, e uma sorte de terras de matos maninhos, com mil braças de testada por meia légua de fundos, em Tatuapé (ACMSP).

O Padre Gaspar Borges Camacho exerceu suas atividades sacerdotais na cidade de S. Paulo.

- 5 (V)- CAP. FRANCISCO BORGES RODRIGUES, n. em 1627, C.c. LUZIA RODRIGUES DO PRADO. Foi juiz ordinário e de órfãos em Taubaté em 1661 – segue.

- 6 (V)- MANUEL BORGES COUCEIRO, n. em 1631, falecido solteiro.
- 7 (V)- ANTÔNIO BORGES, n. em 1634.
- 8 (V)- HELENA RODRIGUES, n. por 1623, C. em S. Paulo, a 23 de abril de 1640, c. o Cap. SEBASTIÃO GIL DE SIQUEIRA, n. nessa vila em 1616, juiz ordinário em Taubaté em 1655 (AHMFG).
- 9 (V)- MARIA CAMACHO, n. por 1630 (um sobrenome a distingui-ria da irmã mais velha) C.c. MIGUEL DE GÓIS - § 10º.
- 10 (V)- VIOLANTE DE SIQUEIRA, n. por 1633, C. por 1649 c. o Cap. PEDRO GIL DIAS, n. em S. Paulo em 1628, grande sesmeiro em Taubaté (AHMFG).

- V- CAP. FRANCISCO BORGES RODRIGUES, n. em 1627, C. em S. Paulo por 1653 c. MÉCIA VAZ DA CUNHA, falecida em 1655.

Casou o viúvo em S. Paulo ou Taubaté cerca de 1657 c. LUZIA RODRIGUES DO PRADO, n. em S. Paulo em 1640, fª de Francisco Rodrigues, natural da freguesia de Lanhoso, termo da vila de Viana, e de s/m. Antônia Furtado (S.L., título Furtados).

Era sua mulher irmã do Padre Antônio Rodrigues do Prado, habilitado de genere em 1658, falecido em Taubaté em 1672, e tia do Cap. Mor Domingos Rodrigues do Prado, um dos chefes paulistas na guerra dos emboabas e provedor dos quintos reais do ouro em Pitanguí (DIC. BAN.).

Exerceu o Cap. Francisco Borges Rodrigues o cargo de juiz ordinário e de órfãos em Taubaté, em 1661 (AHMFG).

Residiu na paragem de Pindamonhangaba, na sua fazenda situada em terras adquiridas por compra a diversas pessoas: Cap. Bernardo Sanches de la Pimenta, Cap. João do Prado Martins (situadas adiante do rio Una) Mécia Ribeiro, viúva de Manuel de Salazar (no “Tietepuera” rio acima) etc.

Faleceu com testamento, escrito pelo Padre João de Faria Filho, e foi inventariado em 1685. Determinou ser sepultado na igreja matriz, com a assistência das irmandades do Santíssimo Sacramento, de Nossa Senhora do Rosário, de S. Francisco e das Almas e dispôs sob elevadas disposições pias trinta e sete missas. Nomeou testamenteiros sua mulher e o cunhado Domingos Rodrigues do Prado.

No inventário figuram sítios, as terras, gado vacum, chãos, e casas de taipa de pilão na vila e uma relação de cinquenta administrados do gentio (AHMFG).

Não teve cumprimento o inventário e, por alguma provisão, permaneceu o espólio em poder da viúva até o ano de 1727, quando se processou novo inventário.

Avaliaram-se, nesse ano, casas de taipa de pilão em Taubaté e Pindamonhangaba, sítio e terras no caminho do rio Una, sessenta e quatro escravos, muitos já na posse dos herdeiros, que também administravam, pelos dotes, cinquenta almas do gentio.

Somou o monte líquido cerca de 8:000\$000 (com o valor dos dotes) e conforme provisão judicial, a viúva destinou sua meação para as partilhas reservando para si a terça.

Faleceu Luzia Rodrigues em Guaratinguetá a 28 de maio de 1728, com testamento e disposições pias, sendo inventariada em Taubaté. Deixou bens líquidos no valor de 1:158\$000 (AHMFG).

Teve do primeiro matrimônio:

1 (VI)- JOÃO, bat. na Sé em 1655, falecido na infância.

Do segundo matrimônio, treze filhos, mencionados por Silva Leme (Vol 3º, p. 305/10):

2 (VI)- CAP. FRANCISCO BORGES RODRIGUES, n. em 1658, C. em Taubaté cerca de 1689 c. ANA VAZ BICUDO, n. por 1670, fª de Antônio de Alvarenga (n. em 1644) e de s/m. Isabel Bicudo (título Álvarores Correias). Faleceu Ana Vaz em Taubaté em 1702, sem testamento, e C. o viúvo c. Francisca Cordeiro da Veiga, n. por 1684, fª do Mestre de Campo João da Veiga da Costa (juiz ordinário e de órfãos em Taubaté em 1698) e de s/m. Francisca Cordeiro (bat. em S. Paulo em 1652) por esta, neta de Antônio Gil (juiz ordinário e de órfãos em Jundiá em 1657) e de s/m. Paula Fernandes de Oliveira (título Veigas).

Faleceu o Cap. Francisco Borges Rodrigues com testamento e foi inventariado em Taubaté em 1746; sua mulher faleceu com testamento em Guaratinguetá em 1769 (dispôs cinquenta missas).

3 (VI)- MARIANA DO PRADO, n. em 1660, C. por 1676 c. o Cap. FRANCISCO DE ALMEIDA GAGO (juiz ordinário em Taubaté em 1683,

- 1702, 1716 e 1724) fº do Cap. Bernardo Sanches de la Pimenta (juiz ordinário na mesma vila em 1653, 1659 e 1676) e de s/m. Paula da Cunha.
- 4 (VI)- MANUEL RODRIGUES DO PRADO, n. em 1662, C. em 1693 c. GUIOMAR MOREIRA DE CASTILHO (em outro assento Guiomar de Alvarenga) fª do Cap. Manuel Rodrigues Moreira (juiz ordinário em Taubaté em 1701) e de s/m. Maria Bicudo. Faleceu em Guaratinguetá com testamento em 1727 e deixou bens líquidos no valor de 2:306\$000 para a terça e duas herdeiras: a mãe e a mulher; com filho falecido (AHMFG).
- 5 (VI)- DOMINGOS RODRIGUES DO PRADO, n. em 1663, C. em 1706 c. MARIA DE TODOS OS SANTOS, fª do Cap. Amaro Gil Cortês, n. em S. Paulo em 1630 (juiz ordinário em Taubaté em 1666) e de s/m. Mariana de Freitas, irmã do Coronel Salvador Fernandes Furtado de Mendonça, bandeirante em Minas Gerais.
- 6 (VI)- MARIA RODRIGUES DO PRADO, n. em 1670, C. depois de 1689 c. o Cap. FRANCISCO CUBAS PRETO, n. em 1665, fº do Cap. Francisco Cubas Preto e de s/m. Marta de Miranda (AHMFG).
- 7 (VI)- CAP. MATEUS RODRIGUES DO PRADO, n. em 1671, C.c. MARIA ANTUNES DA ESTRELA.
- 8 (VI)- CAP. ANTÔNIO RODRIGUES DO PRADO, n. em 1673, C.c. MARIA DA MOTA DE OLIVEIRA.
- 9 (VI)- MIGUEL RODRIGUES DO PRADO, n. em 1674, C. por 1710 c. MARIA DE MORAIS MADUREIRA, n. em 1686, fª de Antônio de Madureira Moraes e de s/m. Joana Cordeiro. Faleceu com testamento e foi inventariado em 1719; menciona seus pais, os sogros e os quatro filhos (as idades pouco mais ou menos):
- 1(VII)- FRANCISCO RODRIGUES, com 8 anos de idade
- 2(VII)- JOANA CORDEIRO DE MORAIS, com 7 anos de idade, C. em 1728 c. MANUEL JOÃO DE OLIVEIRA.
- 3(VII)- ANTÔNIO DE MADUREIRA, com 5 anos de idade
- 4(VII)- LUZIA RODRIGUES, com 8 meses de idade.
- 10(VI)- ANTÔNIA FURTADO DO PRADO, n. em 1674 (seria gêmea) C. em 1687 c. JOÃO DELGADO DE ESCOBAR, fº do Cap. Antônio Delgado de Escobar (juiz ordinário em 1662) e de s/m. Inês Gonçalves Gil (AHMFG).
- 11(VI)- JOSÉ RODRIGUES DO PRADO, n. em 1675, C.c. MARGARIDA SOBRINHA ANTUNES.

- 12(VI)- SALVADOR RODRIGUES DO PRADO, n. em 1677, seria o C. em Guarulhos c. ANA DA CUNHA LEME, segundo Silva Leme. Faleceu em 1717 e foi inventariado em S. Paulo (S.L., III, 309).
- 13(VI)- JOÃO RODRIGUES DO PRADO, n. em 1679, C. em 1724 c. SEBASTIANA LEITE DE MIRANDA.
- 14(VI)- HELENA, n. em 1682.

§ 10º

- VI- MARIA CAMACHO (OU BORGES), n. por 1630 (fª de Francisco Borges Rodrigues e de s/m. Helena Rodrigues) C. em S. Paulo por 1651 c. MIGUEL DE GÓIS, n. em S. Vicente em 1619, fº de Gabriel de Góis e de s/m. Inês Gonçalves, que ainda vivia em 1668.

Residiu no seu sítio (creio próximo a Tremembé) em terras compradas por escritura do defunto seu pai Gabriel de Góis; teve, conforme carta de sesmaria, meia légua de terras em quadra à margem esquerda do rio Paraíba, da barra do ribeirão Piraquama rio abaixo. Faleceu com testamento e foi inventariado em Taubaté em 1668. Determinou ser sepultado na matriz de S. Francisco das Chagas, onde possuía sua sepultura, acompanhado pelas confrarias de Nossa Senhora do Rosário, S. Francisco e S. Miguel, e dispôs dez missas sob invocações pias. Sua mulher faleceu sem testamento em 1697 (AHMFG).

Pais de:

- 1(VI)- INÊS, n. em 1651.
- 2(VI)- LUÍS DE GÓIS CAMACHO, n. em 1653.
- 3(VI)- ANTÔNIO DE GÓIS CAMACHO, n. em 1656, C.c. MARIA CARDOSO.
- 4(VI)- JOÃO DE GÓIS CAMACHO, n. em 1657.
- 5(VI)- GABRIEL DE GÓIS CAMACHO, n. em 1659, deve ser o casado com CATARINA DE VELASCO (Batismos de Taubaté, livro 1688/1703, fl. 18v., 23v. e 29v.).
- 6(VI)- FRANCISCO DE GÓIS CAMACHO (OU DE SIQUEIRA), n. em 1661, C.c. MARIA DINIS, moradores em Angra dos Reis, em 1711.
- 7(VI)- MARGARIDA, n. em 1663.
- 8(VI)- DOMINGOS DE GÓIS CAMACHO, C.c. ANTÔNIA FURTADO – segue.
- 9(VI)- MIGUEL DE GÓIS CAMACHO, n. em 1666, morador em Taubaté, comprou de seu irmão Francisco de Góis de Siqueira e s/m. Maria Dinis, por escritura lavrada em Taubaté, a 20 de março de

1611, as terras que herdaram de seu pai Miguel de Góis (AH-MFG).

- VI- DOMINGOS DE GÓIS CAMACHO, n. em 1664, C. por 1699 c. ANTÔNIA FURTADO, n. em Taubaté por 1684, fª de Miguel Rodrigues do Prado (bat. em S. Paulo a 11 de outubro de 1643) e de s/m. Isabel da Rosa; n.p. de Francisco Rodrigues, natural de Portugal, e de s/m. Antônia Furtado (já mencionados) e n.m. de (?) João Ribeiro da Rosa (nascido na cidade da Bahia, em 1628) e de s/m. Maria Correia, de Taubaté. Em 1702, nessa vila, Domingos de Góis Camacho e sua mulher receberam de sua tia Luzia Rodrigues do Prado, por escritura de doação, uma sorte de terras em Taubaté (AHMFG). Faleceu Antônia Furtado depois de 1748.

Pais de, ao menos:

- 1(VII)- ISABEL, bat. em Taubaté a 24 de novembro de 1700.
- 2(VII)- JOSÉ DE GÓIS CAMACHO, n. em 1704, conforme o 1º recenseamento, C. por 1749 c. ANDRESA MOREIRA DE CASTILHO, n. em 1721, fª de Francisco Vieira Sarmiento e de s/m. Joana Pires de Brito (ou Araújo). Pais de, entre outros:
- VIII- ANTÔNIO FRANCISCO, bat. em Taubaté a 19 de março de 1748 (com menção dos avós no termo) teve dispensa em 1768 para seu casamento com MARIA DA CONCEIÇÃO, “das principais famílias da vila”, sua parenta em 4º grau duplicado por consangüinidade, a qual fora batizada na mesma vila a 2 de março de 1747, fª de João Rodrigues do Prado e de s/m. Maria Moreira de Castilho (S.L., 3º, 314).
- 3(VII)- JOSEFA RODRIGUES C. em Guaratinguetá em 1752 c. MANUEL GAGO DA CÂMARA (S.L., 3º, 313).
- 4(VII)- MIGUEL DE GÓIS DO PRADO, n. por 1710, C. por 1740 c. MARIA DE MORAIS, fª de Luís da Fonseca Simões, natural de Portugal, e de s/m. Felipa Rodrigues Gago (n. em Itú cerca de 1683 e falecida viúva na freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Facão a 25 de março de 1768) fª de Francisco de Barros Freire e de s/m. Maria de Moraes da Silva (S.L., 7º, 172).

Ignora-se o falecimento de Miguel de Góis do Prado. Sua mulher faleceu em Guaratinguetá em 1790 e deixou nove filhos, descritos três por Silva Leme (Arquivo Judiciário de Guaratinguetá).

§ 11º

- III- ESPERANÇA CAMACHO, n. por 1565, teria vindo para a vila de S. Paulo com seus pais e irmãos em 1570. Casou por 1588 c. FRANCISCO RODRIGUES BARBEIRO, viúvo, n. por 1550/60, que se estabeleceu nessa vila, com fazenda situada à margem direita do rio Anhemby, em terras que teria obtido por carta de sesmaria na região do rio Cabussú (v. sesmaria de Antônio Camacho).

A 30 de janeiro de 1588, em petição à Câmara recebeu uma data de oitenta braças craveiras de chãos do Concelho, no termo da vila, em Piratininga, a começar das terras de Domingos Fernandes até a borda da mata, onde já possuía uma casa. Justificou ser “*morador nesta villa de S. Paulo e nella*” ter ajudado “*com sua pessoa*” e fazenda nas ocasiões “*em que o senhor capitão o*” tem mandado em serviço “*desta capitania*” (“*Cartas de Datas*”, I, 42). Por essas declarações seria povoador de S. Vicente, vindo para a vila de S. Paulo creio no terceiro quartel do século.

A 20 de setembro de 1592, com mais setenta moradores, assinou na Câmara a ata contra a entrega da administração das aldeias indígenas aos padres jesuítas (ACCSP, I, 448).

Faleceu a 11 de dezembro de 1623, com testamento, e foi inventariado no mesmo ano.

Teve do primeiro matrimônio a filha SUSANA RODRIGUES (creio nascida por 1585) já falecida. Determinou ser sepultado na igreja da Santa Casa de Misericórdia com o acompanhamento da bandeira (da irmandade) celebrando-se nesse dia três missas; dispôs mais treze missas em louvor ao Santíssimo Sacramento (falta parte da página) missas em louvor à Pureza de Nossa Senhora, rezada pelos padres do Carmo.

Nomeou testamenteiros seu filho FRANCISCO RODRIGUES, o genro Francisco Preto e Aleixo Jorge.

No inventário declararam-se, entre os bens, casa de taipa de pilão e telha, na vila, pequenas roças de milho, feijão, mandioca, trigo e algodão em Piratininga e Itaquera; somaram treze os administrados do gentio. Segundo os atestados apensos nos autos, celebraram-se pelo falecido trinta e três missas (INV. E TEST., VI, 161).

Havia falecido Esperança Camacho em setembro de 1623, com testamento, sendo inventariada no mesmo ano.

Determinou ser sepultada na igreja matriz, com a assistência do vigário, dos religiosos de Nossa Senhora do Carmo e dos irmãos da Misericórdia; dispôs missas em louvor às Cinco Chagas de Cristo, à Santa de seu nome e outras (parcialmente ilegíveis).

Suas quatro filhas estavam dotadas e casadas; seu filho, ainda por dotar e ausente no sertão, foi nomeado testamenteiro.

Entre os bens do inventário constaram chãos na vila, casas de telha e meia légua de terras (cerca de 200\$000 o valor do monte líquido partível); arrolaram-se quatorze administrados do gentio (DAESP – inventário no rol dos danificados).

Pais de:

1(IV)- MARIA ALVES, n. por 1589, C. por 1605 c. ANDRÉ BOTELHO, n. por 1575, procurador do concelho em 1622.

Em 1635, no inventário do marido, foi nomeada curadora do herdeiro menor, Antônio, apresentando como fiador seu filho mais velho Francisco Botelho (Revista da ASBRAP, nº 10, p. 171).

2(IV)- RAQUEL RODRIGUES, n. por 1597, C. por 1615 c. FRANCISCO PRETO.

3(IV)- FILIPA RODRIGUES, n. por 1591, C. por 1607 c. PASCOAL DIAS, n. em 1586, membro da governança, almotacel em 1608 e 1648, vereador em 1654 (ACCSP, II, 216; VI, 77 e 79) provedor da Misericórdia em 1633 (INV. E TEST., XXXI, 149) etc. Tiveram três filhos e sete filhas entre os quais PASCOAL DIAS RODRIGUES, juiz ordinário e de órfãos em Jundiá em 1667 (MAZZUIA, Mário. “Jundiá através dos Documentos”. Campinas, Editora Palmeiras Ltda, 1976, p. 64).

4(IV)- IRIA CAMACHO, n. por 1595, C. por 1611 c. ASCENSO LUÍS GROU, n. por 1575, homem da governança (ACCSP, IV, 47) e escrivão em Parnaíba, falecido nessa vila em 1649 com testamento em que declarou seus pais e os sogros, sendo falecidos seus filhos. Instituiu herdeiro, por morte de Iria Camacho, o Padre Álvaro Neto Bicudo, seu parente “*para que fassa bem por suas almas*” (INV. E TEST., XXXVI, 161).

5(IV)- FRANCISCO RODRIGUES, n. em 1603, seguiu na bandeira do Cap. Manuel Preto ao Guairá, em 1623. No inventário de seu pai teve como curador o tio Antônio Camacho.

§ 12º

II- CAMACHO, n. por 1540 ou antes (1ª do § 1º e segunda mulher) C. por 1554 c. (?) ÁLVARO EANES, n. em Portugal por 1525, pessoa da governança eleita, que exerceu na Câmara de Santo André os cargos de procurador do concelho em 1555 (por morte do procurador do pelouro Jo-

ão Fernandes) vereador em 1556 e 1558 e almotacel em 1555 e 1557 (ACVSA, p. 11, 19, 25, 52 e 59; o fac-símile da assinatura à p. 31).

Na vila de S. Paulo elegeu-se vereador em 1563 e, com diversos moradores, assinou na Câmara algumas atas administrativas em 1572, 1575 e 1579 (ACCSP, I, 21, 53, 66 e 150).

Em 1575, em companhia do genro (sem referência ao nome) realizou obras (como empreiteiro) na cobertura da casa interina do Concelho (I, 75 e 85).

Pais de, ao menos:

III- (?) ANA CAMACHO, n. por 1558, C. por 1574 c. DOMINGOS AFONSO, n. em Portugal ou S. Vicente por 1550, morador em S. Paulo em 1579, quando assinou com os oficiais da Câmara e vinte pessoas da governança um termo de ajuntamento do povo sobre questões públicas (ACCSP, I, 150).

A 10 de junho de 1585, era um dos dezessete senhores da governança das vilas de Santos e S. Vicente, numa reunião na ermida do engenho de S. Jorge com o Governador Jerônimo Leitão, o Vigário de S. Vicente Padre Sebastião de Paiva e nove camaristas das duas vilas, em que foi lavrado o “Auto da junta”, para tratar da guerra contra os carijós hostis (ACCSP, I, 279).

Em 1589 serviu em Santos o cargo de alcaide (RIHGSP, XLIV, 250).

Antes de 1594, Domingos Afonso e sua mulher Ana Camacho venderam a Antônio de Siqueira, morador em Santos, chãos que haviam pertencido a Álvaro Eanes, na vila de S. Paulo (RGCSP, VII, 23).

Na Câmara dessa vila exerceu os cargos de almotacel em 1600 e de procurador do concelho em 1601 (ACCSP, II, 77 e 87).

A 21 de julho de 1602, foi convocado pela Câmara para dar um parecer sobre as obras da igreja matriz, juntamente com Brás Esteves e Bartolomeu Bueno, todos ditos oficiais de carpintaria (ACCSP, II, 107); deviam ser empreiteiros de posses, com numerosos administrados, por fazerem parte da governança eleita de S. Paulo⁸.

⁸ Viviam há muitos decênios homens de posses na Capitania. A 10 de fevereiro de 1556, apresentou o almotacel Paulo de Proença à Câmara de Santo André o traslado de um regimento de oito artigos do governador D. Duarte da Costa, dirigido ao Cap. Mor Brás Cu-

§ 13º

- II- MARIA CAMACHO, n. por 1544 (fª do § 1º e segunda mulher) C. por 1560 c. CRISTÓVÃO DINIS, n. em Portugal por 1525, morador na vila de Santos.

Devia ser Cristóvão Dinis um dos camaristas ou pessoa da governança dessa vila quando assinou, a 21 de maio de 1560, com o Governador Geral Mem de Sá e os membros da Câmara, um auto de louvados para a demarcação das terras do rossio da vila concedidas pelo Governador (RIHGSP, XLIV, 222).

Segundo os autores, seguiu ao Rio de Janeiro com as tropas de S. Vicente, por ocasião das guerras contra os invasores da Guanabara.

Em 1567, conforme escreveu Pedro Taques, figurava como um dos lavradores partidistas do engenho de S. João, fundado em Santos, antes de 1548 pelo genovês José Adorno (NPHG, II, 81).

Passou a residir em S. Paulo onde se elegeu vereador em 1572 e voltou para Santos em 1575 (ACCSP, I, 49 e 67).

Obteve provisão de almoxarife da Fazenda Real em S. Vicente, segundo Silva Leme e outros autores.

Faleceram Cristóvão Dinis e sua mulher em datas não conhecidas. Pais de, ao menos:

- 1 (III)- CATARINA DINIS, que segue.
- 2 (III)- CLARA DINIS, que segue no § 14º.

- III- CATARINA DINIS, n. por 1565, C. por 1581 c. FRANCISCO NUNES CUBAS, n. em Portugal por 1540, escrivão da Câmara de Santos em 1585 (ACCSP, I, 280) escrivão do eclesiástico em 1591 (RGCSP, I, 36) etc.

Pais de, entre outros:

- IV- FRANCISCO NUNES CUBAS, n. por 1582, C.c. ISABEL JUSTINIANA ADORNO, fª de Manuel Fernandes, natural de Portugal, e de s/m. Maria Adorno.

Tiveram, entre outros, a filha:

bas, dispondo sobre as leis que deviam reger as entradas dos moradores ao interior: Pelo 2º artigo, quanto aos resgates no campo, determinou “que o proveito seja igual assim aos pobres como aos ricos” que se revezariam nessas entradas (ACVSA, p. 33).

- V- ANA MARIA JUSTINIANA ADORNO, n. por 1607, C. por (?) 1625 c. GONÇALO VAZ PINTO DE SAMPAIO, n. em Portugal em 1602.

§ 14º

- III- CLARA DINIS (filha de Maria Camacho, do § 13º nº II), n. por 1574, C. por 1590 c. DOMINGOS DIAS, o moço, n. em Portugal ou na Capitania por 1565, fº de Domingos Dias, n. em Portugal por 1535, e de s/m. Mariana de Chaves, n. por 1545 ou antes (em Portugal segundo os elementos que seguem) por esta, neto de Manuel de Chaves, n. em Portugal em 1514, e de s/m. (não referida)⁹ n. por 1522.

Pelos documentos se confirma o que escreveu Silva Leme sobre a vinda de Domingos Dias para a Capitania (antes de 1572) casado com Mariana de Chaves, sendo esta irmã ou, mais provável, filha de Manuel de Chaves (em consideração às datas de seus nascimentos). Teve este último mais os filhos: (?) João de Chaves, morador em S. Paulo em 1578 (ACCSP, I, 124) e a filha (n. por 1542 ou antes) casada antes de 1558 c. Francisco Fernandes, mencionados pelos autores.

Domingos Dias, o moço, pertenceu à governança e foi nomeado almoxarife em 1594 (ACCSP, I, 496). Pelas falhas nas atas da Câmara entre os anos de 1554 e 1600, ignoram-se outros informes que existiriam a seu respeito.

Em 1607, elegeu-se juiz ordinário do pelouro e passou a servir com o procurador do concelho Fernão Dias (Leme) com o escrivão João Vieira Sarmento e os demais eleitos.

Na sessão de 17 de março declarou o juiz Domingos Dias ser parente afim do procurador do concelho, do escrivão e também de José de Camargo que, nessa data, recebeu provisão de juiz de órfãos, despachada pelo Governador Geral do Brasil Diogo Botelho (ACCSP, II, 191 e 192). Houve na Câmara as devidas mudanças de oficiais (v. Leonor Domingues, p. 4).

Faleceram Domingos Dias e s/m. em datas não conhecidas. Pelos testamentos e outros documentos, menciona Silva Leme sete filhos, entre os quais:

⁹ Veio Manuel de Chaves para S. Vicente em 1549, segundo os autores, casado ou já viúvo. Nasceu em Moreiras, Diocese do Porto, em 1514 e, sendo viúvo, ingressou na Ordem Jesuítica em 1550, ordenando-se sacerdote na Bahia em 1562. Foi, em S. Paulo, um dos principais missionários e faleceu com setenta e seis anos de idade, em 1590 (VIOTTI, Padre Hélio Abranches, S.J., "Cartas do Pe. José de Anchieta", Ed. Loyola, 1984).

- 1 (IV)- DOMINGOS DIAS DINIS, n. por 1595, C.c. AGOSTINHA RODRIGUES. Era primo segundo de Ana Farel (v. § 3º - IV).
- 2 (IV)- MARINA DE CHAVES, n. por 1614, creio a filha mais moça (ou poderia ser neta).

§ 15º

- II- CAMACHO (fª do § 1º e segunda mulher) n. por 1538 ou antes, teria sido a casada com BALTAZAR NUNES, n. por 1525, que veio de Portugal e se estabeleceu na vila de Santo André onde foi nomeado alcaide em 1555, durante ausência de Francisco Alves, sendo efetivado no cargo no ano seguinte (ACVSA, p. 7, 12, 31 e 39). Possuiu chãos nessa vila, concedidos pelo Cap. Mor Brás Cubas, e outras áreas anexas, por doação da Câmara de Santo André, conforme a ata de 23 de janeiro de 1556.

Transferiu-se para a vila de S. Paulo, antes de novembro de 1562, e era falecido em 1575 (ACCSP, I, 17, 80 e 97).

Em chãos pertencentes aos herdeiros da viúva o escrivão Frutuoso da Costa havia construído, em 1575, uma casa para residir, com autorização dos donos e de Jorge Moreira, capitão da vila, mas sem a vistoria e aprovação da Câmara, por ausência de alguns oficiais, o que exigiu que se requeresse contra o capitão (“Cartas de Datas”, I, 17).

Tiveram descendentes não identificados.¹⁰

Abreviaturas empregadas

(além das elencadas ao final deste volume):

AHMSP – Arquivo Histórico Municipal de São Paulo

AHMFG – Arquivo Histórico Municipal Félix Guisard, em Taubaté.

¹⁰ Menciona o DIC. BAN., em dúvida, Pedro Nunes, morador em S. Paulo, como filho de Baltazar Nunes. Em 1612, por servirem juntos na Câmara Pedro Nunes, juiz ordinário, e Antônio Camacho, procurador do concelho, fica provado não terem parentesco consanguíneo pelo costado Camacho (ACCSP, II, 303 e 326). Segundo Pedro Taques, Pedro Nunes era filho de Antão Nunes e de s/m. Isabel Botelho.